



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

Campus  
Várzea Grande

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO  
GROSSO – CAMPUS VÁRZEA GRANDE  
DEPARTAMENTO DE ENSINO  
CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

GABRIELA DA SILVA GOMES  
SUSANA DA SILVA DOS SANTOS

**EMPODERAMENTO FEMININO: AÇÕES EDUCATIVAS COM AS MULHERES  
ATENDIDAS NO CENTRO POPULAR DORCELINA FOLADOR – VÁRZEA  
GRANDE/MT**

**Várzea Grande**

**2022**



**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso

Campus  
Várzea Grande

GABRIELA DA SILVA GOMES  
SUSANA DA SILVA DOS SANTOS

**EMPODERAMENTO FEMININO: AÇÕES EDUCATIVAS COM AS MULHERES  
ATENDIDAS NO CENTRO POPULAR DORCELINA FOLADOR – VÁRZEA  
GRANDE/MT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso, como requisito para obtenção de grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Me. Rosana Aparecida Andrade e Silva

**Várzea Grande**

**2022**



### Dados internacionais de catalogação na fonte

D111e da Silva dos Santos, Susana

Empoderamento feminino: ações educativas com as mulheres atendidas no Centro Popular Dorcelina Folador - Várzea Grande/MT / Susana da Silva dos Santos; Gabriela da Silva Gomes; – Varzea Grande – MT, 2022.

34 f. : il. color.

Orientador(a) Rosana Aparecida Andrade e Silva  
TCC (Graduação). (VGD - Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, 2022.

Bibliografia incluída

1. Empoderamento. 2. Gênero. 3. Mulheres. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecário(as): Leila Cimone Teodoro Marques (CRB1-2377)



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Campus Várzea Grande  
ATA Nº 36/2022 - VGD-ENS/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

#### Ata de Defesa do Artigo

Ata referente à avaliação do conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso das discentes Gabriela da Silva Gomes e Susana da Silva Santos para obter o grau de Tecnólogo em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso – Campus Várzea Grande. Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de 2022 às 19:15 horas, na sala virtual <https://meet.google.com/wgq-gfqr-eyl>, realizou-se a defesa pública de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso. Integraram a Comissão Examinadora o(a) Professora Ms. Rosana Aparecida de Andrade Silva (orientadora), Esp. Franciele Dorth da Silva (Examinadora 1), Profa. Esp. Rosana Bueno de Sousa (Examinadora 2). A orientadora iniciou a sessão agradecendo a participação dos membros da Comissão Examinadora. Em seguida convidou as discentes para realizar a exposição do conteúdo do Artigo correspondente ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulada: "Empoderamento Feminino: Ações Educativas com Mulheres do Centro Popular Dorcilina Folador". Finalizada a exposição, as discentes foram perguntadas pelas integrantes da Comissão Examinadora. Na sequência, as integrantes da Comissão Examinadora se retiraram, isoladamente, para deliberar sobre o Trabalho de Conclusão de Curso. Terminada a deliberação, o orientador(a) procedeu, em pública, a leitura da Ata de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. Com média final de 9,7 (Nove e Setenta décimos). Finalizando, a orientadora deu por encerrada a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, lavrou e assinou a presente ata e colheu as assinaturas dos outros membros da Comissão Examinadora.

Nome do(a) Orientador(a): Ms. Rosana Aparecida de Andrade Silva

Nome do(a) Examinadora E1: Franciele Dorth

Nome do(a) Examinadora E2: Profa. Esp. Rosana Bueno de Sousa

**Franciele Dorth da Silva**  
Supervisora de Des. de Modais  
Matrícula 200472 - SBNPA-4/T

Documento assinado eletronicamente por:

• Rosana Aparecida de Andrade Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2022 21:12:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 448775

Código de Autenticação: cc794c6f77



## RESUMO

O empoderamento feminino: ações educativas com mulheres atendidas no Centro Popular Dorcelina Folador - (CPDF) é o resultado de uma pesquisa pautada no método da pesquisa-ação, que buscou analisar de que modo é possível fomentar o conhecimento sobre o empoderamento feminino das mulheres atendidas no CPDF. A resposta a essa problemática visou ao desenvolvimento de ações interventivas que pudesse sensibilizar as alunas do CPDF para a importância do conhecimento sobre temáticas envolvendo o empoderamento feminino, com base em uma abordagem qualitativa-quantitativa, com caráter descritivo. A partir da análise dos dados e das ações interventivas, pode-se constatar a importância da educação como ferramenta de empoderamento feminino, de combate à discriminação de gênero e, por conseguinte, de garantia do poder sobre suas próprias condições, sejam sociais, físicas ou intelectuais.

**Palavras-Chave:** Empoderamento feminino; Discriminação de gênero; Conhecimento.

## ABSTRACT

Female empowerment: educational activities with women assisted at Centro Popular Dorcelina Folador - (CPDF) is the result of a research based on the action-research method, which sought to analyze how it is possible to promote knowledge about the female empowerment of women assisted at CPDF. The response to this problem aimed at developing interventional actions that could sensitize CPDF students to the importance of knowledge about themes involving female empowerment, based on a qualitative-quantitative approach, with a descriptive character. From the analysis of data and interventional actions, it could be seen the importance of education as a tool for female empowerment, combating gender discrimination and, therefore, guaranteeing power over their own conditions, whether social, physical or intellectual.

**Keywords:** Female empowerment; Gender discrimination; Knowledge.

## 1 INTRODUÇÃO

O gênero feminino, historicamente, foi submetido ao ambiente doméstico e a executar tão somente as funções conjugal e maternal. Seus deveres resumiam-se em cuidar da casa, dos filhos e de servir adequadamente ao marido; enquanto aos homens eram garantidos os direitos de trabalhar, estudar, exercer funções e posições políticas, o que lhes conferiam, além de conhecimento, poder.

Partindo dessa premissa, predominava-se a convicção de que a mulher era considerada um ser geneticamente danificado, como se os cromossomos em sua genética fossem um parâmetro para definir seus direitos e deveres nas relações sociais (NASCIMENTO *et al.*, 2021). Diante de tais preconceitos, surgiram movimentos com o intuito de reivindicar direitos até então lhes negligenciados. Entretanto, apesar da ascensão desse novo cenário, percebe-se, ainda, a existência de barreiras baseadas naquelas convicções patriarcais.

Ao reconhecer, contudo, a possibilidade de desafiar os deveres e poderes ainda impostos, muitas mulheres permanecem inertes por não disporem dos recursos e conhecimentos indispensáveis para enfrentá-los; condição essa oportunamente corroborada por Albano (2020, p. 34) ao afirmar que “recursos não só econômicos, mas também internos, aqueles que têm a ver com nossas emoções e nossa capacidade de ação”.

Nesse contexto, visando a um desenvolvimento global sustentável e a um mundo melhor para todos os povos e nações, a Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo a importância e urgência da temática, em sua Agenda 2030, definiu a Igualdade de Gênero como um dos **dezessete** objetivos a serem atingidos<sup>1</sup>. Por meio dele, propõem-se alcançar a igualdade de gênero de modo a se assegurar o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

Diante do exposto, e considerando que o método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho deve-se pautar na pesquisa-ação, conforme recomendação institucional, tornou-se de interesse das pesquisadoras a promoção de ações com o tema de Empoderamento Feminino. Logo, escolheu-se, como local da intervenção, o Centro Popular Dorcelina Folador – CPDF, organização sem fins lucrativos, localizada na periferia de Várzea Grande – MT, cuja missão é promover ações concretas e criativas visando transformações pessoais, sociais e culturais<sup>2</sup>.

Atentando-se à realidade do grupo de mulheres alvo desta pesquisa, compreendeu-se, por meio do diagnóstico realizado, que elas também enfrentam desafios inerentes à condição de gênero e que possuem interesses de igualdade, liberdade e reconhecimento. Diante dessa

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 13 mar 2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.dorcelinafoladorv.org.br/p%C3%Algina-inicial>. Acesso em: 13 mar. 2022.

constatação, elaborou-se o seguinte questionamento norteador desse estudo: de que modo é possível fomentar o conhecimento sobre o empoderamento feminino das mulheres atendidas no Centro Popular Dorcelina Folador - CPDF?

Na perspectiva de empreender êxito nesse trabalho, propõe-se, como objetivo geral, o desenvolvimento de ações educativas que possam sensibilizar as alunas do Centro Popular Dorcelina Folador para a importância do conhecimento sobre empoderamento feminino.

Dessa forma, têm-se como objetivos específicos delineados: identificar o perfil do público-alvo por meio de encontros e da aplicação de questionário; realizar pesquisas bibliográficas sobre o tema e desenvolver atividades com temáticas vinculadas ao empoderamento feminino.

O estudo desenvolvido justifica-se pela sua relevância e contemporaneidade, afinidade e interesse das pesquisadoras com o tema, bem como pela necessidade identificada nos encontros com a irmã Madalena, gestora do local, e no questionário diagnóstico aplicado.

Portanto, em síntese, o trabalho apresentado é fruto da análise de ações interventivas desenvolvidas no espaço Centro Popular Dorcelina Folador, com a participação de 48 mulheres, por meio de ações educativas e reflexões a partir do tema empoderamento feminino.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL**

Concomitante à evolução da sociedade, a despeito de avanços significativos, em decorrência de diversas crenças, sobretudo a religiosa, que legitimava a submissão da mulher perante o marido, observa-se que, em determinados meios, as mulheres ainda são submetidas a situações de inferioridade, privadas de acesso a serviços e direitos econômicos básicos, políticos e sociais (BARRETO, 2016).

Santos (2018), discorrendo sobre a natureza da mulher na comunidade familiar e política segundo Platão, Aristóteles e Hegel, assegura que:

(...) a mulher não pode encontrar sua finalidade específica na vida da pólis, encontrando aí a autarquia necessária a sua felicidade como é o caso do varão (marido, senhor e pai). Portanto, sendo a mulher sempre inferior ao homem, não há outra vida possível à mulher além da vida confinada ao lar (oikos) e a da obediência ao marido (SANTOS, p. 8, 2018).

Depreende-se, assim, que a devoção e obediência por parte da mulher era imprescindível. O direito de se posicionar era inexistente, e isso já se pronunciava nas escolas, onde o espaço era exclusivamente masculino. Como exemplo, faz-se válido citar que, na

França, os liceus femininos foram criados somente em 1880, sendo que, nesses ambientes escolares, as meninas eram proibidas de se destacarem intelectualmente e, quando a educação lhes era permitida, realizava-se em locais separados. Imperava, nesse período, o receio de que, esquivando-se da influência da Igreja, elas poderiam declinar da submissão imposta (FREITAS, 2021).

A dificuldade do acesso as mesmas oportunidades destinadas aos homens, pautadas no preconceito e discriminação, eram justificadas por razões infundadas, tais como o não reconhecimento acerca da inteligência feminina e de sua capacidade para estudar e/ou entender assuntos políticos (FREITAS, 2021). Permitia-se que elas participassem, com reservas, de algumas reuniões políticas, ou seja, apenas quando as conversas fossem rasas e sem profundas reflexões (DEITOS; BAVARESCO, 2019).

O descontentamento com tal discriminação foi expresso por Olympe de Gouges, ativista pioneira do feminismo, como se vê:

Homem, és capaz de ser justo? Quem te faz essa pergunta é uma mulher. Não lhe privará, ao menos, esse direito. Diga-me; quem te concedeu o soberano império para oprimir o meu sexo? Tua força? Teus talentos? Observa o criador em sua sabedoria. Percorre a natureza em toda a sua grandiosidade, da qual aparentas querer aproximar-te, e dai-me, se ousas, o exemplo desse império tirânico (GOUGES, 2020, p. 37).

Por outro lado, em contraposição às ideias feministas revolucionárias, Coutinho (1977 *apud* SILVA, 1977, p. 160) expressa um olhar inferior às mulheres ao citar que elas têm uma casa para governar, um marido para fazer feliz, e filhos para educar na virtude. Subentende-se, dessa forma, que o lugar delas não está na política nem nos ministérios das coisas sagradas, posições essas dominadas pelo gênero masculino. Tal posicionamento sugere funções delimitadas ao gênero feminino, condicionando e atribuindo tarefas que a sociedade julga ser dever da mulher.

Nota-se que, historicamente, foram impostos obstáculos ao desenvolvimento da mulher, questionando, constantemente, sua capacidade de trabalhar, de pensar, de liderar e de se posicionar politicamente, sendo lhe reservada uma condição inferior no arranjo social. Nesse ponto, faz-se válido recordar o incêndio ocorrido, em 1911, na fábrica da Triangle Shirtwaist, na cidade de Nova York, ocasionando a morte de 129 operárias. Anteriormente, essas mulheres haviam se manifestado a favor da redução da jornada de trabalho e do aumento salarial. Influenciando, em subsequência, a conquista de direitos, sobretudo trabalhistas (DEITOS; BAVARESCO, 2019).



A batalha pela reivindicação do direito ao aborto, a defesa da maternidade, a denúncia da jornada intensiva de trabalho e equiparação salarial constituíram-se integrantes das mobilizações populares. Apesar dos direitos conquistados, ressalta-se que disparidades perceptíveis ainda carecem de serem superadas para que se alcance o usufruto de tais garantias, assim como preconizado por Olympe de Gouges: “liberdade e a justiça consistem em restituir tudo o que pertence a outrem: assim o exercício dos direitos naturais da mulher só é limitado pela tirania perpétua que o homem lhe opões (GOUGES, 2020, p.49)”.

## 2.2 BREVE TRAJETÓRIA DAS CONQUISTAS FEMININAS NO BRASIL

No Brasil, com a promulgação da Lei Geral de 15 de outubro de 1827, o direito à educação feminina ultrapassou a dimensão religiosa, alcançando a esfera legal. A referida garantia, contudo, não era plena, visto que não lhes era garantido acesso a todas as disciplinas ensinadas aos meninos, refletindo, portanto, uma discriminação evidente contra o gênero feminino (FERNANDES, 2019).

Continuamente, em 1854, o Colégio Imaculada Conceição, mantido pela Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula, começou a funcionar, porém, voltado apenas à educação das filhas da elite carioca e comprometido com os rígidos padrões morais da Igreja Católica Romana. Posteriormente, em 1870, são fundadas escolas protestantes, nas quais foram reunidos alunos de ambos os gêneros em uma mesma classe (FERNANDES, 2019).

Em 1932, uma vitória importante foi conquistada, o direito ao voto, pleiteado pelos movimentos feministas desde a Constituinte de 1891. Em 1962, foi sancionado o Estatuto da Mulher Casada, garantindo a autonomia e a independência da mulher em trabalhar, receber herança, pedir a guarda dos filhos em caso de separação, sendo dispensada a autorização do marido (DEITOS; BAVARESCO, 2019).

Adiante, em 1982, surge, em São Paulo, a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) a fim de proteger e investigar crimes de violência contra a mulher, influenciando, futuramente, a implantação nos demais estados<sup>3</sup>. Como resultado dos apelos populares, entre eles as pautas feministas, a Constituição Federal de 1988 positivou, especificamente em seu art. 5º, inciso I, o reconhecimento da igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações (BRASIL, 1988).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/criacao-da-1-delegacia-de-defesa-da-mulher-do-pais-completa-30-anos/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

A partir do Código Civil vigente, sancionado pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a dissolução do casamento não pode mais ser justificada com base na ausência da virgindade feminina (BRASIL, 2002). Anos depois, estimada como umas das leis mais significativas para as mulheres brasileiras, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi promulgada para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher; tipificando, oportunamente, os cinco tipos de violência, quais sejam: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006).

Com a promulgação da Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015, o Código Penal passa a configurar o feminicídio como homicídio qualificado, quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015). Posteriormente, por meio da Lei n.º 13.718, de 24 de setembro de 2018, a importunação sexual feminina passou a ser considerada crime, garantindo, dessa forma, um mecanismo legal para defender o direito de ir e vir (BRASIL, 2018).

Recentemente, foi sancionada a Lei n.º 14.192, de 4 de agosto de 2021, estabelecendo normas que visem a prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas, e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais, além de dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral (BRASIL, 2021).

Por fim, visando conceder maior autonomia ao cônjuge para a realização de procedimentos voluntários de esterilização definitiva, seja de laqueadura tubária, para mulheres, ou de vasectomia para os homens, além de reduzir para 21 anos a idade mínima para suceder tal método; foi sancionada a Lei 14.443, de 2 de setembro de 2022. Dessarte, a norma legal fornece às mulheres independência e mais poder sobre o próprio corpo, sem a necessidade de consentimento do parceiro (BRASIL, 2022).

### 2.3 EMPODERAMENTO

Proveniente do termo em inglês *empowerment*, com sentido de “apoderar” ou “emancipar”, o conceito de empoderamento, devido ao seu caráter multidisciplinar, assume diferentes contornos conforme os campos do conhecimento que o empregam. O debate referente à sua efetividade deu-se na segunda metade do século XX, período de mudanças significativas, sobretudo dos Direitos Humanos, por meio das lutas pelos direitos civis, do movimento feminista e, posteriormente, pelos movimentos de autoajuda, bem como pela

psicologia comunitária (CARVALHO, 2004; LÉON, 1997).

Nessa perspectiva, ao dialogar sobre a educação libertadora, meio pelo qual as pessoas são estimuladas a inserirem o pensamento crítico no cotidiano, Freire (1987), em diálogo com Shor (1987), discorre sobre o conceito de *empowerment*, considerando a realidade histórica latino-americana. Para o autor, o empoderamento deve ultrapassar a esfera individual e psicológica, dado que, quando as classes dominadas buscam a independência, inicia-se, assim, um processo político, com transformações globais na sociedade. A concepção do educador auxilia, portanto, no entendimento do termo de maneira abrangente, vinculado à classe social (FREIRE; SHOR, 1987).

Buscando uma melhor compreensão sobre a temática, de modo diverso, Carvalho (2004) conceitua duas noções sobre a categoria *empowerment*: a psicológica e a comunitária. Na esfera psicológica, o indivíduo detém maior controle sobre a própria vida, sem a necessidade de participar das ações políticas coletivas, ignorando, portanto, a influência dos fatores sociopolíticos, históricos e estruturais. Nesse sentido, o *empowerment* psicológico suscita o sentimento utópico de poder individual, desconsiderando que a maior parte da vida é controlada por políticas macrossociais.

Por outro lado, na esfera comunitária, trabalha-se com a noção do poder e controle distribuído de forma desigual na sociedade. Nesse processo, o *empowerment* comunitário implicaria, frequentemente, na redistribuição do poder e na resistência daqueles que o perdem. Ademais, ao procurar promover a participação, “visando ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida” (Carvalho, 2004, p. 1093), constata-se a relação mútua dos macros e micro determinantes sociais, reforçando-se, assim, a efetividade da forma coletiva de empoderamento.

### **2.3.1 Empoderamento feminino**

O conceito de empoderamento feminino manifesta-se, nos anos 1970 e 1980, por meio das discussões e debates feministas de abrangência ampla, incluindo os países subdesenvolvidos, como o Brasil, marcado por uma colonização exploratória, na qual predominou estruturas de dominação masculina, pobreza generalizada, bem como divisões de classe e gênero acentuadas. Os discursos presentes nesses debates propagavam o rompimento dos padrões tradicionais que condicionavam as mulheres à inferioridade, privando-as, assim, da plena efetivação da cidadania feminina (BATLIWALA, 1997; ANTUNES; ROMANO, 2002).

Por intermédio da interação entre o feminismo e o conceito de “educação popular” propagado na América Latina na década de 1970, as discussões, nessa região, basearam-se na teoria de consciência de Freire que, mesmo não se debruçando na perspectiva de gênero, teve influência do pensamento gramsciano. A tese do autor defende a importância dos mecanismos de participação nas instituições e sociedades, visando, assim, a justiça e o cessar da exploração (FORGACS, 1988; FREIRE, 1987; WALTER, 1991 *apud* BATLIWALA, 1997).

Ademais, na temática, nota-se a influência da definição de poder discorrida por Foucault, filósofo francês, como uma prática construída historicamente, que opera em todos os níveis sociais, desde o individual até nas estruturas estatais. Esse entendimento, para a análise feminista, torna-se relevante, tendo em vista que o escopo do empoderamento é modificar as relações de gênero baseadas no exercício de poder, tanto nas relações interpessoais quanto nas instituições da sociedade (LÉON, 1997; WERINGA, 1997; STROMQUIST, 1997).

Assim, no processo de empoderamento, as mulheres adquirem controle de suas vidas pessoais e públicas, tornando-se capazes de tomar as próprias decisões, desprendendo-se, conseqüentemente, da condição de subjugadas. Mudanças estruturais, no entanto, são percebidas somente quando mobilizadas por um grande grupo de mulheres. Nesse aspecto, corroborando a ideia descrita no tópico imediatamente anterior, faz-se necessário o destaque na organização coletiva como uma frente unida no combate à subordinação, embora não se ignorem integralmente os processos individuais (BATLIWALA, 1997; YOUNG, 1997).

Ao abordar o desconforto nas relações em decorrência do empoderamento feminino, Batliwala (1997) aponta que as alterações nas dinâmicas sociais de gênero também ocasionam o empoderamento material e o psicológico dos homens, visto que a inserção das mulheres nos movimentos políticos favorece novas abordagens, posicionamentos, estratégias e arranjos. Além disso, ao ter acesso a recursos materiais e conhecimento, elas se capacitam, trazendo melhorias e qualidade de vida a todos ao seu entorno, promovendo, dessa maneira, o desenvolvimento social e econômico. Destaca, ainda, que, quando os homens compartilham as responsabilidades, há um desprendimento dos estereótipos limitantes de gênero, permitindo novas experiências emocionais.

Reforça-se, pois, que, no contexto feminino, o empoderamento relaciona-se com a capacidade das mulheres, individual ou coletivamente, de adquirirem e reconhecerem seu valor na sociedade. Nessa seara, o empoderamento pode ser observado sob algumas perspectivas, quais sejam, “pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização, consciência de cidadania e, também, por uma transformação no conceito que ela tem dela mesma, em sua autoestima” (FERRARI, 2013, p. 2).

### 2.3.2 Dimensões do empoderamento feminino

Ao abordar a educação como instrumento de empoderamento feminino, Stromquist (1997) assegura que este pode ser visto como um processo político capaz de pressionar os formuladores de políticas públicas a desenvolverem ações favoráveis ao pleno desenvolvimento feminino. Para a autora, uma concepção satisfatória de empoderamento deve abranger as dimensões cognitiva, psicológica, política e econômica.

A dimensão cognitiva relaciona-se com a percepção e conhecimento que as mulheres possuem quanto às condições e causas de suas subordinações bem como quanto ao autoconhecimento e poder de escolha, mesmo esse se contrapondo às expectativas sociais predeterminadas. Abrange, também, os direitos legais, sobretudo em países democráticos, nos quais há promulgação de leis sem, de fato, modificar efetivamente a prática. Nesse sentido, a fim de abolir crenças que justificam estruturas ideológicas de gênero arcaicas e para exigir a efetivação de garantias já existentes, a conscientização e novos aprendizados são imprescindíveis.

Quanto à dimensão psicológica, destaca-se a capacidade que as mulheres possuem de modificar, a nível social e pessoal, a realidade opressora e no quanto elas podem ser bem-sucedidas nessa tarefa, sendo essencial o desenvolvimento da autoestima e da confiança em si mesmas. Em virtude dos papéis sociais atribuídos ao gênero feminino, como passividade e auto sacrifício, diversas mulheres, sobretudo as pertencentes às famílias carentes, desenvolvem baixo nível de autoestima, desencadeando sensações de desesperança. Portanto, além da construção interna e individual, um ambiente permeado de planejamento, ação e implantação de projetos facilita a promoção da autoconfiança, da saúde mental e do amor-próprio.

Em complemento à dimensão psicológica, a dimensão econômica, deliberadamente, reconhece a existência da dupla jornada de trabalho feminina, entre o emprego e as demandas domésticas. Reforça, ainda, com base na experiência empírica, a capacidade das mulheres de participarem das atividades remuneradas que ofereçam, em algum grau, independência financeira, dado que, dessa forma, elas contribuem para a própria autonomia em todos os aspectos.

Por fim, a dimensão política envolve a capacidade de analisar, com discernimento da desigualdade de poder e social, o meio circundante. E, por meio dessa capacidade, organizar e mobilizar mudanças sociais que beneficiarão o meio necessitado. Conseqüentemente, a junção da consciência individual e coletiva torna-se essencial para alcançar transformações sociais.

### 3 METODOLOGIA

No campo acadêmico, toda pesquisa, ao ser desenvolvida, deve seguir um processo e cumprir determinados requisitos. De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 370), “a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões: como? com quê? Onde? quanto?”. Desse modo, para elaboração de um trabalho, faz-se necessário estabelecer o método que orientará as etapas a serem seguidas pelos pesquisadores para que estes possam alcançar aos objetivos estabelecidos.

Como proposto no Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, (PPC), esta pesquisa utilizou como procedimento metodológico a pesquisa-ação, modalidade de pesquisa social desenvolvida de forma cooperativa entre pesquisadores e participantes, por meio de ação ou resolução de um problema coletivo (THIOLLENT, 1986). Ou seja, diferentemente das modalidades comumente utilizadas, nas quais predomina o distanciamento entre os agentes, na pesquisa-ação, de forma concreta e dinâmica, a finalidade precípua é a modificação social, inserindo o pesquisador como participante ativo nesse processo.

Na concepção de Rocha (2012),

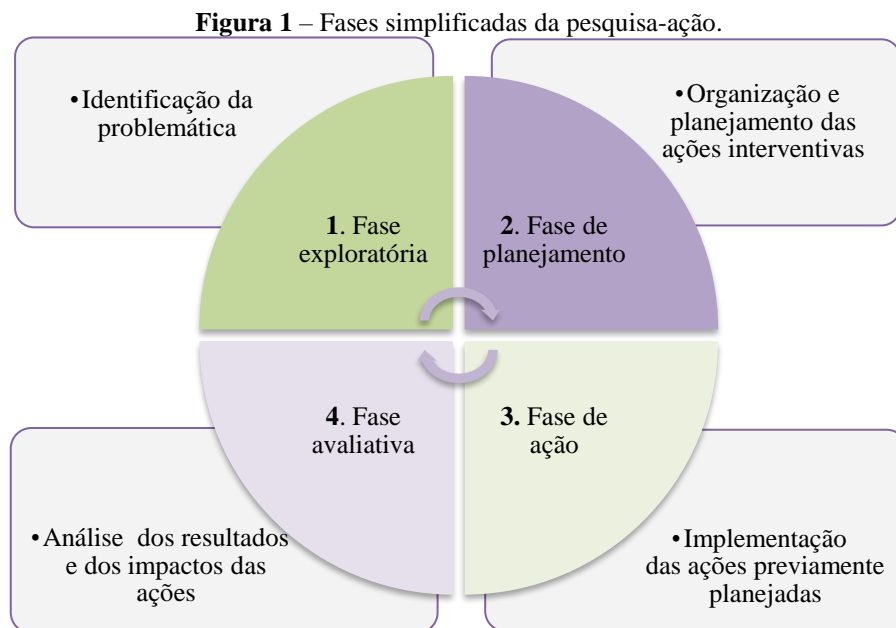
A pesquisa ação (...) fornece a pesquisadores e participantes elementos ímpares para a compreensão de situações estudadas, de tal maneira que lançando mão dos dados discutidos, espera-se que os indivíduos sejam capazes de argumentar e dar respostas válidas aos problemas decorrentes das situações vividas na coletividade (ROCHA, 2012, p.13).

Posto isso, o universo desta pesquisa abrangeu as mulheres atendidas no Centro Popular Dorcelina Folador - CPDF, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, localizada na Avenida Transoceânica, lote 02, quadra 38, no bairro Vila Arthur, em Várzea Grande – MT. Sua fundação deu-se no ano 2000, tendo como lema “A serviço da vida e da esperança”. Há mais de 20 (vinte) anos, é administrada pela Irmã Madalena, freira católica vinculada à Congregação das Irmãs Ursulinas.

Situado em uma região periférica do município, desde o início de suas atividades, o CPDF oferece, por meio de cursos profissionalizantes, semiprofissionais e de artesanato, conhecimentos à mulher e às famílias carentes, visando, dessa forma, a combater situações de pobreza, melhoria da renda familiar, estreitamento dos laços de amizade e fomentar o respeito entre todos, sem discriminação de qualquer natureza. Ademais, busca, frequentemente, parcerias e convênios a fim de promover ações concretas, criativas e culturais que induzam à

transformação pessoal e social dos favorecidos <sup>4</sup>.

Para o alcance dos objetivos, o desenvolvimento desta pesquisa, fundamentado em uma análise qualitativa-quantitativa, com caráter descritivo, deu-se conforme o processo disposto a seguir:



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Na fase exploratória, a circunstância favorável ao desenvolvimento deste trabalho surgiu a partir de um encontro, *in loco*, das pesquisadoras com a Irmã Madalena no segundo semestre de 2021. Na ocasião, ela relatou as maiores dificuldades percebidas ao longo de 20 (vinte) anos à frente da instituição.

Sendo assim, em fevereiro de 2022, realizou-se um segundo encontro. Nessa visita, tal como na primeira, as conversas fluíram de forma orgânica e informal, de modo a entender a rotina do CPDF, bem como a inteirar sobre os cursos ofertados e seus respectivos horários. Aproveitou-se, também, para conhecer a estrutura física do local e a sua redondeza, propiciando um maior entendimento sobre a dinâmica do público-alvo ao frequentar o ambiente.

Dessa forma, o problema, o objeto do estudo e a escolha do tema formaram-se por meio de análise conjunta com as pesquisadoras, a orientadora e a gestora da instituição, com o propósito de verificar a problemática coletiva dentro do tema empoderamento feminino. Por conseguinte, elaborou-se um instrumento de pesquisa semiestruturado, autoadministrado, com

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.dorcelinafoladorvg.org.br/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 13 jun. 2022.

base em perguntas aplicadas em estudos correlatos, abrangendo questões referentes aos dados socioeconômicos, psicológicos e familiares do grupo a ser investigado.

Para a devida aplicação do questionário, foram realizados 5 (cinco) encontros entre os meses de fevereiro e março de 2022, dos quais participaram 48 (quarenta e oito) mulheres, incluindo alunas e professoras. As visitas proporcionaram a interação das pesquisadoras com o público-alvo, ocasionando, naturalmente, maior conhecimento sobre a história de cada uma. Ressalta-se que os encontros foram registrados por meio de imagens disponibilizadas no site do CPDF<sup>5</sup>.

Por meio da análise e do tratamento dos dados obtidos, observou-se a predominância de mulheres com idade entre 31 e 55 anos (85,5%). Quanto ao grau de escolaridade da maioria, 44,7% afirmaram ter concluído o ensino médio ao passo que 17% não finalizaram o ensino fundamental. Em pergunta aberta, objetivando identificar a motivação para realizarem o curso na instituição, algumas responderam “para adquirir conhecimento e ajudar financeiramente em casa”, “melhorar o profissional”, “para ter meu próprio atelier”, “autorrealização”, “para socializar”.

Em relação à renda familiar, a remuneração da maioria (55,6%) oscilava entre 1/2 até 2 salários mínimos<sup>6</sup>. Ao serem questionadas sobre quais atividades elas realizavam além dos serviços domésticos, 72,3% alegaram que a religião era a distração na qual mais empregavam seu tempo. Por meio de outras questões significativas, identificou-se que, nos últimos dois anos, a maioria das participantes (79%) havia sido acometida por um ou vários dos seguintes sintomas: frustração, angústia, estresse, irritabilidade, medo, ansiedade e baixa autoestima.

Nesse sentido, portanto, compreende-se a relevância da pesquisa-ação, já que ela conduz, por proposta, o envolvimento dos sujeitos da pesquisa em um processo de reflexão, análise da realidade, produção de conhecimentos e enfrentamento dos problemas, evidenciando possíveis soluções (TOZONI-REIS, 2009).

Durante a fase do planejamento das possíveis ações interventivas, pretendeu-se o desenvolvimento de palestras, pautando-se na metodologia participativa e dialógica, que tratam do empoderamento feminino sob diversos aspectos. A partir desse momento, foi iniciada a busca por profissionais que colaborariam na realização das palestras.

Formalizou-se o convite para duas especialistas nas áreas da Psicologia e do Direito.

---

<sup>5</sup> :<https://www.dorcelinafoladorvg.org.br/albuns/ano-2022>.

<sup>6</sup> O valor do salário mínimo em 2022 é de R\$ 1.212. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/02/salario-minimo-de-r-1-212-e-promulgado>. Acesso em 15 jun. 2022.



Entretanto, dias antes do evento, alegando problemas de ordem pessoal e profissional, houve a desistência das profissionais convidadas. Destarte, fez-se necessária a procura por novos colaboradores. Em seguida, obteve-se a anuência de profissional graduada e pós-graduada em Direito e Serviço social, Carminha Aparecida Visquetti, doutoranda no Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero (GPHEG/CNPq), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e servidora pública federal do IFMT – campus Várzea Grande.

A partir da confirmação da palestrante, entre os dias 30 de junho de 2022 e 6 de julho de 2022, foram realizadas reuniões, via *Google Meet*, para troca de informações e construção integrada da adaptação dos temas à especialidade da profissional. Em um segundo momento, ocorreu a preparação da estrutura do local para a intervenção, com a reforma do mural para divulgação do evento e boas-vindas às participantes, limpeza da área a ser utilizada, decoração do ambiente, além da testagem dos equipamentos audiovisuais. Aproveitou-se, ainda, para reforçar o convite às alunas.

No dia 7 de julho de 2022, no próprio CPDF, entre às 14h e 18h, iniciou-se a fase de ação. Para que todas pudessem interagir e participar, os assentos foram posicionados em semicírculo. Na abertura das atividades, houve apresentação cultural dos alunos de música do CPDF, promovendo uma integração entre os jovens participantes do projeto musical, pesquisadoras, palestrante e as mulheres presentes. No momento seguinte, após a acolhida realizada pela gestora do local e da professora orientadora da pesquisa aos participantes, deu-se a materialização da palestra, com o tema “História das Mulheres em perspectiva dos Direitos Humanos”.

Posteriormente ao encerramento da atividade anterior, foi exibido o curta-metragem “Acorda, Raimundo, acorda!”, acompanhado de uma roda de conversa, suscitando questões e reflexões quanto às relações de gênero, assim como a violência contra a mulher em suas variadas formas: psicológica, verbal, física, emocional ou patrimonial.

Essa abordagem também foi precedida da análise de letras de músicas que são imbuídas de violência e machismo, tais como: “Mulher indigesta”, de Noel Rosa; “Ai que Saudades da Amélia”, de Nelson Gonçalves, entre outras. Por meio dessa atividade, priorizou-se estimular o olhar crítico e o questionamento de crenças tidas como naturais na sociedade, além do compartilhamento das experiências e vivências das participantes.

Visando à integração social e ao sentimento coletivo, foi ofertado, pelas pesquisadoras, um *coffee break* a todos os participantes; houve, ainda, dinâmicas de interação, com sorteio de brindes, e, como o foco dessa atividade também era contribuir para a melhora da autoestima

das participantes, foram sorteados brincos, pulseiras, anéis, acessórios para o cabelo, hidratantes corporais e esmaltes. Cumpre frisar que todas as etapas contaram com a participação e acompanhamento da Irmã Madalena.

Por último, em cumprimento ao roteiro metodológico adotado, foi realizada a fase da avaliação por meio da aplicação de um questionário estruturado, contendo 15 (quinze) perguntas objetivas e subjetivas, com o intuito de verificar se a ação interventiva convergiu aos resultados esperados. **Nessa etapa, no total de mulheres participantes, 41 responderam ao questionário.**

Assim, de modo a adaptar o método aplicado às necessidades específicas do público-alvo, como a não integralidade ao acesso à internet, escassez de dispositivos adequados, conhecimento tecnológico reduzido e grau de instrução/escolaridade, optou-se, conforme adotado na fase exploratória, pela disponibilização dos questionários avaliativos impressos, com acompanhamento e ajuda simultânea das pesquisadoras. Posteriormente, as devolutivas obtidas foram compiladas no aplicativo de gerenciamento de pesquisa *Google Forms*, servindo de lastro para o desenvolvimento do próximo capítulo, no qual se analisará os resultados das ações interventivas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados obtidos por meio dos questionários aplicados, em fase de diagnóstico e pós-intervenção, conduziram a análise dos impactos gerados pela intervenção empreendida, denominada, como aludida previamente na metodologia, “História das Mulheres em perspectiva dos Direitos Humanos”. A partir do estudo desses dois grupos de respostas, buscou-se entender as similaridades ou distinções entre elas, além das possíveis relações identificadas.

No primeiro momento, no questionário diagnóstico sobre o entendimento das pesquisadas quanto ao empoderamento feminino, notou-se o paradoxo entre algumas respostas. Ao serem questionadas se “homens trabalhando e/ou ganhando mais e mulheres cuidando de casa era coisa do passado”, 69,6% das participantes consideraram a sentença verdadeira, o que implicaria em uma mudança da cultura patriarcal que ainda vigora na sociedade.

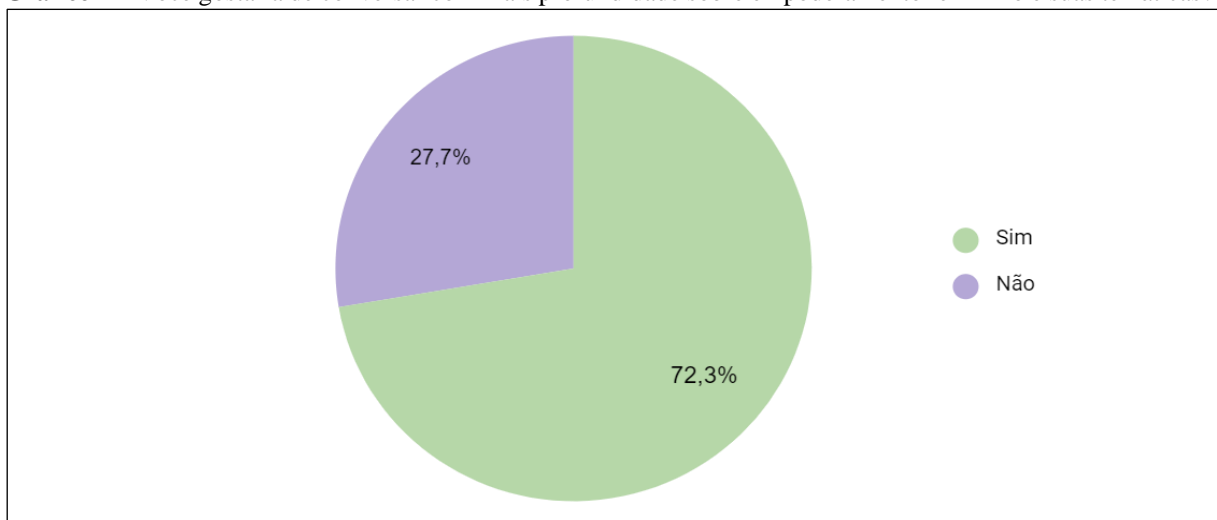
Todavia, posteriormente, identificou-se que tal afirmação conflitava com as respostas dadas às seguintes perguntas: “em sua casa, as atividades domésticas são realizadas por quem?” e “você se considera dependente financeiramente?”, das respondentes, 53% responderam que somente as mulheres são responsáveis por essa tarefa e 52% se consideram dependentes financeiramente, embora a maioria exercesse atividades remuneradas (55,3%).

Depreende-se dessas respostas que as contradições refletem atitudes e comportamentos moldados na perspectiva patriarcal, inerentes à estrutura social vigente, dificultando, assim, o reconhecimento, até mesmo pelas mulheres, da invisibilidade destinada ao gênero feminino. Conforme preconiza Berth (2019), o fato de, comumente, as mulheres residirem nessa realidade opressora, impede-as de visualizarem claramente a si mesmas como seres oprimidos, perpetuando, dessa forma, o assentamento passivo nas falhas sistêmicas de poder.

Ainda, antes da intervenção, os encontros realizados entre as pesquisadoras e as pesquisadas possibilitaram, naturalmente, o diálogo sobre as temáticas que seriam abordadas. Nesse contexto, cumpre ressaltar que a maior parte (70,5%) das respondentes confirmou saber o significado de Empoderamento Feminino. Contudo, por meio de entrevista com a irmã Madalena e da percepção das pesquisadoras durante os encontros, identificou-se a necessidade de sensibilizá-las para a autorreflexão, no sentido de promover uma análise individual que viesse, também, a fortalecer o seu papel social como mulher, contribuindo, conseqüentemente, para o empoderamento coletivo.

Diante disso, foi questionado se havia interesse em dialogar com mais profundidade sobre o assunto e suas temáticas. O maior número de participantes (73%) optou pela expansão do aprendizado, conforme apresentado no Gráfico 1. A partir de então, foram desenvolvidas as ações interventivas.

**Gráfico 1** – Você gostaria de conversar com mais profundidade sobre empoderamento feminino e suas temáticas?



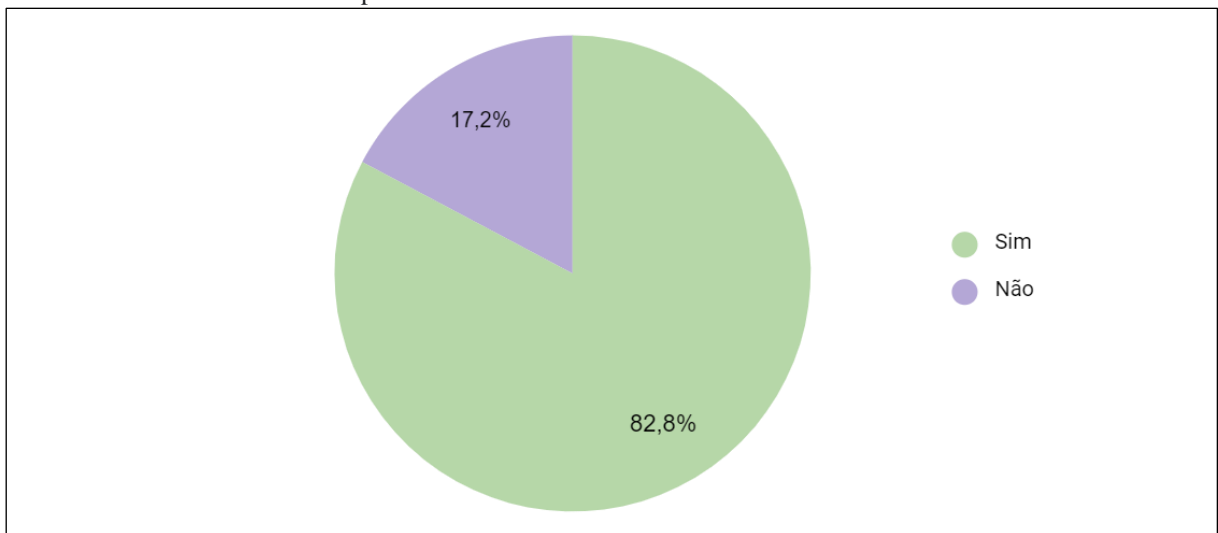
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

É importante estabelecer uma analogia quando, em fase de diagnóstico, foi observado que 91,3%, das pesquisadas consideravam liberdade feminina importante, como o direito ao voto, exercer cargos de liderança, ter autonomia financeira. A maioria delas, 76,6%, declarou, também, se sentir apoiada e respeitada tanto pela família quanto pela sociedade da mesma forma

que os homens, embora, em perguntas anteriores, 52,3% tenham reconhecido ter sofrido ou presenciado violência doméstica, seja física, verbal, moral, psicológica ou patrimonial.

No entanto, ao participarem das atividades, 100% compreenderam que, historicamente, a cultura patriarcal não favorece a igualdade entre os gêneros, sendo necessária a busca contínua por esse ideal. Reconheceram (82,8%), ainda, que, eventualmente, aceitaram ou reproduziram comportamentos que desmereciam a sua condição feminina de forma geral, e que isso deve ser repensado de modo a modificar as relações sociais que conferem às mulheres uma posição de inferioridade.

**Gráfico 2** - Você percebe que algumas vezes já repetiu/reproduziu comportamentos que desmereciam tanto a sua condição, quanto a condição feminina de forma geral, e que isso deve ser repensado para que a cultura que trata a mulher como ser inferior possa ser modificada?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Essa compreensão foi materializada quando as pesquisadas se expressaram em dois momentos: no transcorrer e após a exibição do curta-metragem “Acorda, Raimundo, acorda!”. Percebeu-se que os comentários entre si eram de identificação com o papel do ator principal, no qual, em um sonho, se vê no lugar da esposa, sendo maltratado e obrigado a exercer as atividades domésticas. Outrossim, com base no conhecimento adquirido, foi lhes perguntado se fariam algo diferente no exercício do seu papel familiar e social. Considerando a importância das respostas obtidas e dadas as similaridades entre si, foram compiladas as mais frequentes no Quadro 1.

**Quadro 1** – Ações que seriam colocadas em prática após o evento.

<b>Participantes</b>	<b>Respostas</b>
<b>Participante 1</b>	<i>Lutar mais pelos meus direitos.</i>
<b>Participante 2</b>	<i>Educar os homens para serem respeitosos.</i>
<b>Participante 3</b>	<i>Conversar com o parceiro e fazê-lo entender que precisamos dividir as tarefas do lar.</i>
<b>Participante 4</b>	<i>Reconhecer a minha importância como mulher.</i>
<b>Participante 5</b>	<i>Entender que a violência doméstica é uma questão cultural.</i>
<b>Participante 6</b>	<i>Mudar a forma de educar as crianças.</i>
<b>Participante 7</b>	<i>Ser mais decidida, porque eu tinha muitas dúvidas e sempre me arrependia.</i>
<b>Participante 8</b>	<i>O modo de falar.</i>
<b>Participante 9</b>	<i>Buscar mais conhecimento.</i>
<b>Participante 10</b>	<i>Ter mais diálogo com o parceiro.</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Logo, nessas respostas, faz-se possível perceber uma mudança na maneira em que as pesquisadas passaram a se posicionar diante dos papéis comumente vinculados ao feminino e ao masculino. Demonstram, também, estarem atentas à necessidade da educação e do conhecimento como indutores do empoderamento, reconhecendo, assim, por meio de uma visão nitidamente mais crítica, a necessidade da permanente luta pelos direitos das mulheres.

Em complemento, ao serem questionadas se perceberam que o empoderamento feminino não se trata de uma disputa de gêneros, mas da necessidade de igualdade e respeito entre homens e mulheres, 100% das participantes responderam afirmativamente. Ademais, reconheceram que, além do empoderamento individual, elas também podem contribuir para o empoderamento coletivo, como evidenciado nas respostas relacionadas: “reivindicando meus direitos e das outras”, “ensinando que as funções não são de gênero específico”, “por meio da leitura e do esclarecimento de informações”, “ajudando outras mulheres”, “compartilhando conhecimento”, entre outras.

Vale mencionar a coragem de uma das participantes em reconhecer e compartilhar que, no seu ambiente familiar, houve casos de distinção no tratamento dispensado aos filhos de acordo com o gênero, devido ao inconsciente coletivo naturalizado pela cultura patriarcal incrustado nas manifestações humanas diárias, dadas como normais e, para muitos, invisíveis e naturalizadas. O relato de experiência fornecido, transcrito abaixo, é um claro exemplo de um contexto ainda hoje apresentado: “*Nunca dava nada para ela (filha), e eu fiquei esperando. E por que que dele (o filho) só fez dezoito anos já correu e foi fazer a carteira (CNH) e ela nada, né? [...]*E o dela? Já tem dezoito anos faz tempo” (participante X).

Cumpramos ressaltar que, no Brasil, de acordo com o mapeamento realizado pela

Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET), com dados da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), até março de 2021, havia 25 milhões de motoristas mulheres, o equivalente a 35% do total de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) válidas no país<sup>7</sup>. Embora note-se um crescimento nos últimos anos, o número está aquém do ideal, visto que a participação feminina na população é superior a masculina, correspondendo, atualmente, a 51,1% do total de habitantes<sup>8</sup>. O depoimento compartilhado, portanto, contribuiu para a palestrante enfatizar a importância do despertar da consciência crítica feminina, ao demonstrar que a invisibilidade e a dificuldade de acesso às oportunidades estão presentes, inclusive, na dinâmica familiar.

Analisando as informações obtidas em fase de diagnóstico, quando questionadas sobre o que fariam de diferente em suas vidas caso tivessem a oportunidade, os temas estudo e conhecimento prevaleceram entre as respostas (Quadro 2). Ao fim do evento, ao serem interrogadas se consideravam o conhecimento uma importante chave para o empoderamento feminino, 93,3% responderam positivamente, ante 6,7% contrárias.

**Quadro 2** – O que fariam de diferente caso tivessem a oportunidade.

<b>Participantes</b>	<b>Respostas</b>
<b>Participante 1</b>	<i>Daria continuidade aos estudos.</i>
<b>Participante 2</b>	<i>Estudaria.</i>
<b>Participante 3</b>	<i>Estudaria para ser chefe de cozinha.</i>
<b>Participante 4</b>	<i>Buscaria por conhecimento.</i>
<b>Participante 5</b>	<i>Estudaria mais.</i>
<b>Participante 6</b>	<i>Estudos e cursos qualificados.</i>
<b>Participante 7</b>	<i>Faria faculdade.</i>
<b>Participante 8</b>	<i>Me profissionalizaria mais.</i>
<b>Participante 19</b>	<i>Teria feito uma faculdade.</i>
<b>Participante 10</b>	<i>Teria estudado mais e entrado para o Exército.</i>
<b>Participante 11</b>	<i>Terminado os estudos antes de me casar.</i>
<b>Participante 12</b>	<i>Terminaria a faculdade.</i>
<b>Participante 13</b>	<i>Estudaria.</i>
<b>Participante 14</b>	<i>Teria iniciado a graduação mais cedo.</i>
<b>Participante 15</b>	<i>Estudaria mais.</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

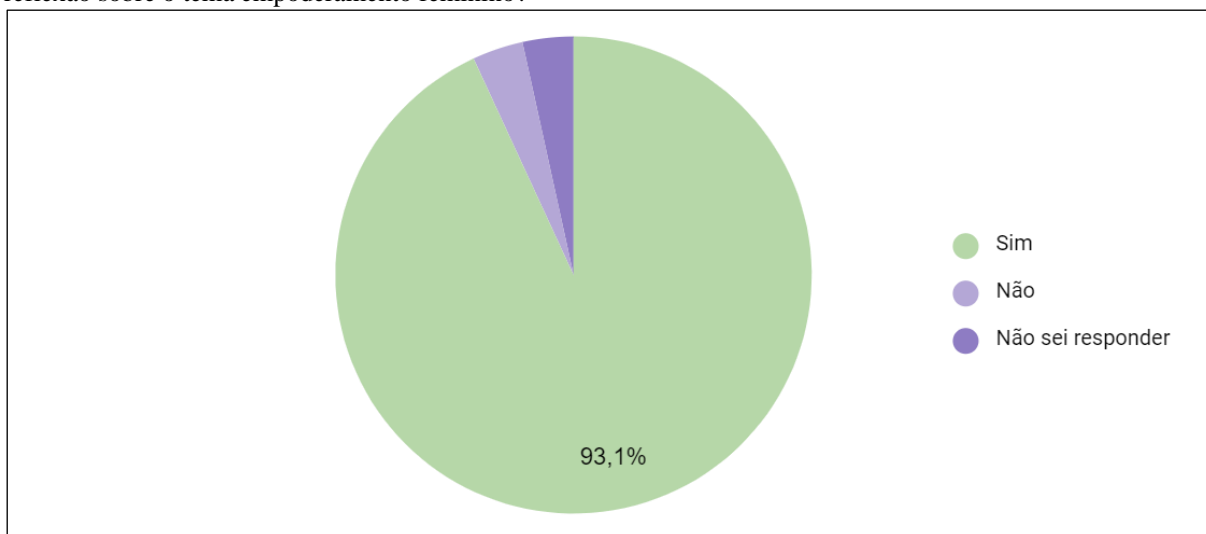
<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/dnit-revela-estudos-com-numero-de-mulheres-habilitadas-no-pais/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu.51%2C1%25%20de%20mulheres.> Acesso em: 28 nov. 2022.

Notou-se que, mesmo antes da intervenção, havia um consenso tácito de que o estudo é uma ferramenta essencial à mudança de vida. Esse entendimento foi solidificado após as ações empreendidas, como mencionado no parágrafo anterior. Nesse sentido, as discussões reforçaram que a qualificação da mulher proporciona melhores oportunidades, ampliando, assim, a participação feminina no mercado de trabalho. Contribui, ainda, para a conquista de cargos com maiores remunerações, elevando o potencial de empoderamento, sobretudo na dimensão econômica. Empoderar, portanto, implica em alcance da emancipação bem como no controle da própria vida (STROMQUIST, 1997).

Perante as informações evidenciadas, observa-se que as provocações desenvolvidas, visando a sensibilizar o grupo pesquisado para a importância do conhecimento sobre empoderamento feminino, obtiveram êxito, porquanto 93,1% afirmaram que as discussões empreendidas contribuíram para amadurecer sua reflexão sobre o tema.

Gráfico 3 - As discussões/conversas desenvolvidas nessa ação educativa contribuíram para amadurecer sua reflexão sobre o tema empoderamento feminino?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Além disso, demonstrando interesse em participar de outras ações dessa natureza no Centro Popular Dorcelina Folador, por meio de uma pontuação (sendo 0 nenhum interesse e 10 interesse total), 93,3% das participantes atribuíram nota 10, enquanto 6,7% deram nota 9, confirmando, dessa forma, que o tema não foi esgotado por meio das ações interventivas realizadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover o conhecimento é um meio que pode ser usado para transformar vidas. Ainda que mínimo, o aprendizado será essencial para o crescimento do ser humano. Analisado o

objetivo desta pesquisa em sensibilizar as mulheres do CPDF acerca da importância do conhecimento sobre empoderamento feminino, por meio de informações vinculadas ao tema principal abordado neste artigo, constatou-se, de fato, sua relevância e necessidade na promoção de novas reflexões sobre o papel da mulher na sociedade.

Apesar de o tema ser recorrente nos diversos segmentos da sociedade, sobretudo nas mídias e na publicidade, a abordagem adotada na intervenção, levada ao ambiente no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas, favoreceu a plena compreensão da temática, visto que a teoria passou ser viabilizada na prática. Para isso, foram utilizados exemplos e linguagens que se assemelham às suas realidades.

Dessa forma, mediante atividades participativas, pode-se contemplar o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo das mulheres participantes da pesquisa, elucidado nas respostas obtidas durante e pós-intervenção, que, possivelmente, implicará em mudanças individuais e coletivas no futuro. Vale ressaltar, por fim, a importância dispensada por elas ao quesito educação como ferramenta de empoderamento feminino, de combate à discriminação de gênero e, por conseguinte, de garantia do poder sobre suas próprias condições, sejam sociais, físicas ou intelectuais.

Portanto, diante do exposto, dado o interesse demonstrado pelas pesquisadas nos assuntos relacionados às diversas dimensões do empoderamento feminino, tais como: econômico, político, psicológico e cognitivo; considerando, ainda, que essa pesquisa não intencionou exaurir o tema trabalhado, recomenda-se novas abordagens multidisciplinares, com vistas a ampliar o entendimento dessas mulheres sobre a temática.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Jorgelina. **Sapatos vermelhos são de puta**: desafiando as crenças do patriarcado. 1 ed. Bauru: Astral Cultural, 2020.

ANTUNES, Marta; ROMANO, Jorge O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ARIAS, Juan. **Da mulher vista como "um homem sem esperma" à greve mundial feminista**. 2018. Disponível em: <Da mulher vista como “um homem sem esperma” à greve mundial feminista | Opinião | EL PAÍS Brasil>. Acesso em: 1 maio 2022.

BARRETO, Gabriella Pereira. **A evolução histórica do direito das mulheres**. 2016. Disponível em: <A evolução histórica do Direito das mulheres>. Acesso em: 1 maio 2022.

BATLIWALA, Srilatha; LÉON, Magdalena (org). **Poder y empoderamiento de las mujeres: el significado del empoderamento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción**. 1.



ed. Bogotá, Colômbia: Tecer Mundo, 1997.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. **Diário Oficial**, Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em 26 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. **Diário Oficial**, Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm). Acesso em 26 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial**, Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em 26 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial**, Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em 26 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 agosto de 2021. **Diário Oficial**, Brasília, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm). Acesso em 26 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.443, de 2 setembro de 2022. **Diário Oficial**, Brasília, 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14443.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14443.htm). Acesso em 28 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 26 nov. 2022.

CARVALHO, Sérgio Resende. **Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, jul./ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DEITOS, E.; BAVARESCO, P. R. Direitos humanos das mulheres. **Unoesc & Ciência - ACHS**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 29–36, 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/19653>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FERNANDES, Fernando. **A história da educação feminina**. 2019. Disponível em: <https://www.multirio.tj.gov.br/index.php/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FERRARI, Rosana. **O Empoderamento da Mulher**. Instituto de Terapia e Centro de Antone Estudo da Família, Curitiba, artigos, 2013. Disponível em: <http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Maria Inês Chaves Preza. **Gênero, Educação, Filosofia: Uma história de desigualdades**. 2021. Disponível em: <GÊNERO, EDUCAÇÃO, FILOSOFIA: UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADES | ANPOF>. Acesso em: 1 maio 2022.

GOUGES, Olympe. **Avante, Mulheres**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LÉON, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres: el empoderamiento em la teoria y práctica del feminismo**. 1. ed. Bogotá, Colômbia: Tecer Mundo, 1997.

NASCIMENTO, Jefferson. **Desigualdade de gênero: causas e consequências**. 2021. Disponível em: <[https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-de-genero-causas-e-consequencias/?gclid=Cj0KCQjw0umSBhDrARIsAH7FCocleE2\\_wNPDZL7lSkreAX6wiG4IqoFfT66\\_USqPpCU7lsYTyS-3ai8EaAioREALw\\_wcB](https://www.oxfam.org.br/blog/desigualdade-de-genero-causas-e-consequencias/?gclid=Cj0KCQjw0umSBhDrARIsAH7FCocleE2_wNPDZL7lSkreAX6wiG4IqoFfT66_USqPpCU7lsYTyS-3ai8EaAioREALw_wcB)>. Acesso em: 1 maio 2022.

ROCHA, Termisia Luiza. **Viabilidade de utilização da pesquisa-ação em situações de ensino-aprendizagem**. Cadernos da FUCAMP, v.11, n. 14, 2012.

SANTOS, Marina. **Nota sobre a natureza da mulher na comunidade familiar e política segundo Platão, Aristóteles e Hegel**. *ethic@ Revista Internacional da Filosofia da Moral*, v. 17, n. 2, p.159-177, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2018v17n2p159>. Acesso em: 28 de abr. 2022.

SASKIA, Wieringa; LÉON, Magdalena (org). **Poder y empoderamiento de las mujeres: una reflexión sobre el poder y la medición del empoderamiento de género del pnud**. 1. ed. Bogotá, Colômbia: Tecer Mundo, 1997.

SENADO, Agência. **Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado. 2021**. Disponível em: <Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado>. Acesso em: 1 maio 2022.

SILVA, Anchielle; VIEIRA, Eice. **O desenvolvimento do empoderamento feminino com vítimas de violência doméstica**. *Revista Sociedade e Ambiente*, Luis Eduardo Magalhães (BA), v. 2, n. 2, p. 252-266, 2022. Disponível em: <https://revistasociedadeeambiente.com/index.php/dt/article/view/47>. Acesso em: 29 maio. 2022.

SILVA, M. B. N. da. **Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial**. *Revista de História, [S. l.]*, v. 55, n. 109, p. 149-164, 1977. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1977.77331. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77331>. Acesso em: 17 abr. 2022.

STROMQUIST, Nelly; LÉON, Magdalena (org). **Poder y empoderamiento de las mujeres: la búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación**. 1. ed. Bogotá, Colômbia: Tecer Mundo, 1997.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

YOUNG, Kate; LÉON, Magdalena (org). **Poder y empoderamiento de las mujeres: el potencial transformador em las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso**

de planificación. 1. ed. Bogotá, Colômbia: Tecer Mundo, 1997.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: Iesde Brasil, 2009.

**APÊNDICE**  
**APÊNDICE A - Centro Popular Dorcelina Folador (CPDF).**



**APÊNDICE B – Registro de uma das reuniões com a irmã Madalena, gestora do CPDF.**



## APÊNDICE C – Questionário diagnóstico.

### Questionário Diagnóstico – Empoderamento feminino Pesquisadoras: Gabriela e Susana – Discentes IFMT – Várzea Grande Orientação Profa. Rosana Andrade

- 1. Indique sua faixa etária (idade):**  
 até 18 anos  
 entre 18 e 23 anos  
 entre 24 e 30 anos  
 entre 31 e 40 anos  
 entre 41 e 54 anos  
 acima de 55 anos
- 2. Qual o seu grau de escolaridade?**  
 Ensino Fundamental incompleto  
 Ensino Fundamental completo  
 Ensino Médio incompleto  
 Ensino Médio completo  
 Ensino Superior incompleto  
 Ensino Superior completo
- 3. Qual curso ou quais cursos você já frequentou e está frequentando no Centro Dorcelina Folador?**
- 4. Incluindo você, quantas pessoas moram em sua residência?**  
 2 pessoas  
 3 pessoas  
 4 pessoas  
 5 pessoas  
 Mais de 5 pessoas  
 Mora sozinho
- 5. Você exerce alguma atividade remunerada?**  
 Sim  
 Não
- 6. Você tem ou já teve carteira assinada?**  
 Sim  
 Não
- 7. Qual a renda mensal aproximada da sua família?**  
 Menor que um salário mínimo  
 1 salário mínimo (R\$ 1.212,00)  
 Entre 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.213,00 a 2.424,00)  
 Entre 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2.425,00 a 3.636,00)
- 8. Você participa do planejamento financeiro familiar (como o dinheiro com o quê será gasto)?**  
 Sempre  
 Às vezes  
 Raramente  
 Nunca
- 9. Você ou sua família recebe algum benefício social do governo?**  
 Sim  
 Não
- 10. Se sim para questão anterior, qual benefício?**
- 11. Quantas pessoas possuem rendimento em sua casa?**  
 Apenas uma pessoa  
 Mais de uma pessoa
- 12. Você se considera uma pessoa dependente financeiramente?**  
 Sim  
 Não
- 13. As atividades domésticas são realizadas...**  
 Somente por mim  
 Apenas pelas mulheres da residência  
 Apenas uma pessoa da residência  
 Pela maioria das pessoas da residência  
 Por pessoa diferente dos que residem na moradia diante de pagamento do serviços
- 14. Você acha que a frase "Homens ganhando mais e mulheres cuidando de casa" é coisa do passado?**
- Sim  
 Não
- 15. Você considera possível se dedicar ao trabalho sem abrir mão da vida familiar (Como cuidar dos filhos, de algum parente adoecido...)?**  
 Sim  
 Não
- 16. Além das atividades domésticas, com quais atividades você mais ocupa seu tempo?**  
 Leitura     Música  
 Televisão     Dança  
 Artesanato     Pintura  
 Cinema     Vídeo  
 Passeios     Esportes  
 Religião     Outros  
 Não sobra tempo
- 17. Com relação as atividades domésticas, você:**  
 realiza por que gosta  
 realiza por necessidade
- 18. Com relação as atividades domésticas, você é elogiada ou reconhecida?**  
 Sim  
 Não
- 19. A sua opinião é respeitada no ambiente familiar?**  
 Sempre  
 Às vezes  
 Raramente  
 Nunca
- 20. Com que frequência dedica tempo diário para se cuidar?**  
 Sempre  
 Às vezes  
 Raramente  
 Nunca
- 21. Em qual situação você**

**procura os serviços de saúde?**

- Em consultas de rotina/preventivas  
 Apenas quando sente-se doente

**22. Você sabe o que significa Empoderamento Feminino?**

- Sim  
 Não

**23. Já sofreu ou presenciou no seu âmbito social/familiar violência doméstica, seja ela física, verbal, mora, financeira e/ou psicológica?**

- Sim  
 Não

**24. Como reage diante de uma injustiça?**

- Não reage  
 Reage e busca seus direitos  
 Reage discretamente, não insiste

**25. Nos últimos dois anos, com qual frequência você tem sido acometida por um ou vários dos seguintes sintomas - frustração, angústia, estresse, irritabilidade, medo e/ou ansiedade?**

- Sempre  
 Às vezes  
 Raramente  
 Nunca

**26. No seu cotidiano, você se sente apoiada e respeitada da mesma forma que os homens?**

- Sim  
 Não

**27. Para você, qual a importância da liberdade feminina (direito ao voto, exercer cargos de liderança, ter autonomia financeira...)?**

- Sem importância  
 Pouco importante  
 Indiferente  
 Importante  
 Muito importante

**28. No seu ambiente de trabalho, você acredita que homens e mulheres possuem as mesmas oportunidades para chegar aos cargos de liderança?**

- Sim  
 Não

**29. Quando falamos de empoderamento feminino, não estamos falando somente de dar espaço para as mulheres na sociedade, mas também falamos de como é importante encorajá-las desde meninas a serem o que quiserem. Você acredita que teve esse ensinamento por parte de sua família quando mais nova?**

- Sim  
 Não

**30. Com a experiência que você possui hoje, você faria algo de diferente em sua vida?**

- Sim  
 Não

**31. Se sim, para questão anterior, o que você faria de diferente?**

**32. Falar de empoderamento feminino, sugere a apreciação de vários temas como: Saúde emocional, Saúde física, Saúde Financeira, Empreendedorismo, Violência Doméstica, Carreira e Trabalho, entre outros. Você gostaria de conversar sobre alguns desses assuntos com mais profundidade?**

- Sim  
 Não

**33. Se sim, para questão anterior, qual ou quais assuntos?**

\_\_\_\_\_

**34. Você admira ou já admirou alguma mulher, pela sua postura, maneira de ser?**

- Sim  
 Não

**35. Se sim, para questão anterior, qual?**

\_\_\_\_\_

**36. Você tem sonhos? Gostaria de realizar algo?**

- Sim  
 Não

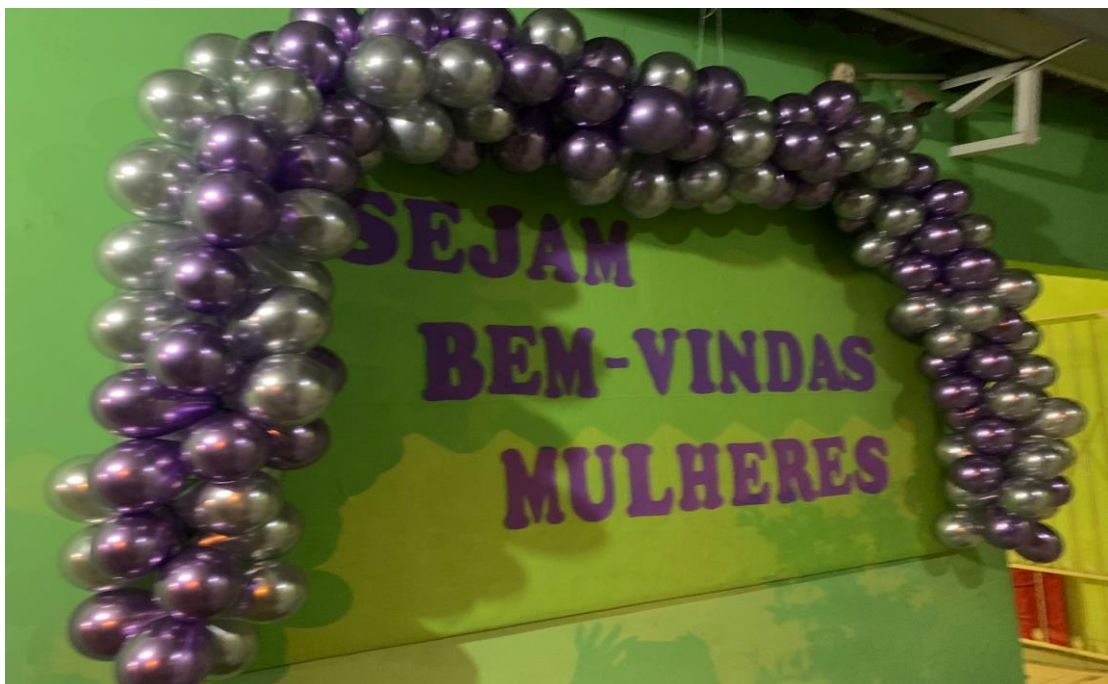
**37. Se sim, para questão anterior, qual sonho?**

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE D – Aplicação do questionário diagnóstico com uma das turmas de corte e costura.**



**APÊNDICE E – Painel de boas-vindas elaborado pelas pesquisadoras.**



**APÊNDICE F – Apresentação cultural realizada pelos alunos de música do CPDF na abertura do evento.**



**APÊNDICE G – Registro de um dos momentos das ações.**





**APÊNDICE H - Palestra ministrada pela assistente social Carminha Ap. Visquetti.**



**APÊNDICE I – *Coffee break* ofertado ao fim das atividades.**



**APÊNDICE J – Lista de assinaturas das participantes e autorização de uso de imagem.**



**CENTRO POPULAR DORCELINA FOLADOR - CPDF**

“À Serviço da Vida e da Esperança”

Ações interventivas, como parte da proposta metodológica da pesquisa “Empoderamento feminino: Ações Educativas com Mulheres do Centro Popular Dorcelina Folador - Várzea Grande - MT”, desenvolvidas pelas alunas **Gabriela Gomes** e **Susana Santos**, sob orientação da Profa. Me. **Rosana A. Andrade e Silva**, com o apoio do Grupo de Pesquisa e Estudos em História da Educação, Instituições e Gênero - (GPHEG/CNPq), representado pela doutoranda **Carminha Aparecida Visquetti**.

Assinando este documento, estou ciente e **AUTORIZO** o uso de fotos e/ou vídeos pessoais (seus respectivos negativos ou cópias) e/ou depoimentos, capturados neste evento, para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor das promotoras da pesquisa, acima especificadas.

Nº	Assinatura dos participantes
1.	EUNICE COSTA
2.	Benedita D da Silva
3.	Hermelinda S. Silva
4.	Luiane de Oliveira
5.	Rosângela de Moraes Campos
6.	Juliete Costa Silva
7.	Therese S. Nascimento
8.	Ana de Oliveira Silva
9.	Keila Pereira da Luz, Gonçalves
10.	Vanessa Cristiane Duarte de Paço
11.	Liliana de Souza Campos
12.	Dizze Schwingel
13.	Simone Paula de A. Assunção
14.	Carminha Aparecida Visquetti
15.	Elaine de Jesus
16.	Valdemira Borges dos Santos
17.	Maria Cristina da Costa
18.	Maíck. de Silva Polvero
19.	Edna Oliveira Brito Santana
20.	Yvonne Bani
21.	CLAING LAMEL
22.	




**CENTRO POPULAR DORCELINA FOLADOR - CPDF**  
 "A Serviço da Vida e da Esperança".

Continuação das assinaturas dos participantes da tarde de formação no dia **07/07/2022**.

Nº	Assinatura dos participantes
23	Marinei Gorgalves Duarte
24	Luamete Silva de Almeida
25	Regelina Nascimento de Souza.
26	Beneditina U de S. Santos
27	Egídiya C. S. Vasconcelos
28	Antônio Carlos Rodrigues
29	Luciana de Indrade Silva
30	Jusara de Paula dos Santos
31	Patrizete de Silva Pontes.
32	Gabriel S. Gomes.
33	Carolina Aparecida Bisognetti.
34	Galvão Evellio L. Amorim
35	Lucas Romário de Oliveira
36	Márcia Joraci José de Campos
37	te M <sup>te</sup> Magdalená Herrmann
37	Antonieta Dantana de Amorim
39	Alessandra Nascimento Carmo
40	Juliana Nascimento Carmo
41	Ana Lúcia de Moraes Barboza
42	Josiane Leite Leuna de Souza
43	Thelma J. A. Viana
44	Silvia J. Silva Souza
45	

## APÊNDICE K – Questionário avaliativo.



Agradecemos sua colaboração para o desenvolvimento deste trabalho de Conclusão de Curso. Sua participação em mais esse questionário é muito importante para nós, pois, através deste teremos um retorno sobre nossas ações de hoje (07/07/2022) e futuras ações sobre esse tema. Gratas, Gabriela Gomes, Susana Santos e profa. Rosana Andrade.

**Questionário – EMPODERAMENTO FEMININO: AÇÕES EDUCATIVAS COM MULHERES DO CENTRO POPULAR DORCELINA FOLADOR**

**NOÇÕES DO EMPODERAMENTO**

1) Sobre a iniciativa de trazer discussões sobre o empoderamento feminino para este espaço, Centro Popular Dorcelina Folador. Em sua opinião foi:  
 ruim  regular  bom  muito bom  ótimo

2) As discussões/ conversas desenvolvidas nessa ação educativa contribuíram para amadurecer sua reflexão sobre o tema empoderamento feminino?  
 Sim  Não  Não sei responder

3) Você compreendeu que historicamente a mulher cresceu sendo tratada como um ser inferior ao homem, mas, que essa realidade precisou e ainda precisa ser modificada?  
 Sim  Não  Não sei responder

4) Você entendeu que ao longo da história devido a questões culturais, as mulheres perderam muitos direitos e que esta realizada ainda precisa ser modificada?  
 Sim  Não  Não sei responder

5) Você percebeu que o empoderamento feminino não se trata de uma disputa de gêneros, mas, uma necessidade de igualdade e respeito entre homens e mulheres?  
 Sim  Não  Não sei responder

6) você considera que o conhecimento é uma importante chave para o empoderamento feminino?

( ) sim ( ) Não ( ) Não sei responder

7) Qual sua percepção sobre a frase nada "nada justifica a violência contra a mulher".

( ) irrelevante ( ) relevante ( ) muito relevante

8) Após o conhecimento adquirido neste evento de ações educativas, você mudaria algo em seu comportamento?

( ) sim ( ) Não Caso sim o que? \_\_\_\_\_

9) Você percebe que algumas vezes já repetiu/aceitou comportamentos que desmereciam tanto a sua condição, quanto a condição feminina de forma geral, e que isso deve ser repensado para que possa ser modificada a cultura que trata a mulher como ser inferior?

( ) sim ( ) Não Caso sim o que? \_\_\_\_\_

10) Você sente que está contribuindo para o empoderamento feminino coletivo?

( ) sim ( ) Não Caso sim em que? \_\_\_\_\_

#### Sobre o Evento

1) Qual nota você atribui a organização da Ação Educativa sobre Empoderamento Feminino?

(0) (1) (2) (3) (4) (5) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

2) Qual nota você atribui aos temas abordados?

(0) (1) (2) (3) (4) (5) (5) (6) (7) (8) (9) (10)

3) Você participaria de outra ação dessa natureza no espaço Centro Popular Dorcelina Folador?

(0) (1) (2) (3) (4) (5) (5) (6) (7) (8) (9) (10)